

«Um movimento de superficialização da democracia»: o Clube da Esquerda Liberal e a revista *Risco* na viragem dos anos 80

Fundado em Outubro de 1984, o Clube da Esquerda Liberal agrupou no seu seio diversos ex-militantes de organizações da esquerda radical, constituindo-se enquanto espaço de reflexão e debate sobre os grandes temas da tradição liberal e os grandes problemas da vida política portuguesa. Nas páginas da revista *Risco*, publicada a partir da Primavera de 1985, foram analisadas as relações entre Estado e cidadãos, mercado e sociedade, esquerda e direita, democracia e liberdade, mas também as eleições presidenciais de 1985, a integração europeia, a consolidação do regime democrático ou a revisão da constituição. Num país onde era ainda visível o legado da experiência revolucionária recente e cuja cultura política fora profundamente impregnada pelas diversas interpretações do "marxismo", o contributo dos intelectuais que convergiram nesta experiência revelou-se determinante para as transformações da formação social portuguesa na segunda metade da década de Oitenta, abrindo caminho a um novo ciclo político e económico de matriz neoliberal, caracterizado pelas privatizações, pelo reforço da economia de mercado, pela adesão à moeda única e pela primazia da figura do indivíduo no imaginário social. Esta comunicação, assente na análise aos textos publicados na revista, bem com a outros escritos assinados pelos seus redactores e colaboradores, dará conta dos contornos desta experiência e avançará algumas hipóteses interpretativas do seu lugar na história das ideias em Portugal no final do século XX.

Palavras-Chave: Esquerda, Neoliberalismo, Revistas, Intelectuais

Ricardo Noronha (1979) doutorou-se em História pela Universidade Nova de Lisboa, com uma dissertação dedicada à nacionalização do sistema bancário durante o processo revolucionário português. É investigador do Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL), no âmbito do qual se tem dedicado ao estudo da conflituosidade social e das transformações da economia e sociedade portuguesa durante a segunda metade do Século XX.

1. Introdução

Sousa Franco chamou à década posterior ao processo revolucionário - entre 1976 e 1985 - o «tempo crítico», usando o termo para descrever uma formação social atravessada por uma crise estrutural e, simultaneamente, por debates e conflitos políticos que determinariam a sua evolução futura (Franco, 1996: 206-257). Continuava viva na memória colectiva e individual "a singular *intensidade* do seu passado recente, em particular os anos de 74-75" (Pereira, 1983: 25) - solidamente ancorado, aliás, numa paisagem económica e social profundamente transformada durante esses meses turbulentos - e as clivagens entre esquerda e direita (mas também as clivagens dentro da esquerda) diziam respeito não apenas ao conteúdo da ação governativa mas ao regime propriamente dito, nomeadamente a configuração económica delineada na Constituição da República. Se a primeira revisão do texto constitucional havia permitido, em 1982, subtrair ao Conselho da Revolução o papel de árbitro da vida política portuguesa e alterar a lei de delimitação dos sectores, a sua parte económica continuava a colocar notórios limites a uma reconfiguração da intervenção do Estado na esfera económica, mantendo aberta uma "querela constitucional" cujo traço mais marcante dizia respeito, pelo menos segundo os argumentos dos partidos situados à direita (o Partido Popular Democrático [PPD) e o Centro Democrático Social [CDS]), à impossibilidade de governar contra o "socialismo" e de acordo com os princípios e mecanismos fundamentais de uma "economia de mercado"¹. Esta querela tinha já assumido contornos de alguma críspação quando os governos da Aliança Democrática apresentaram três projetos de lei de delimitação dos setores, no sentido de abrir o setor financeiro, cimenteiro e adubador seguros à iniciativa privada, chumbadas pelo

¹ As aspas empregues nestas duas expressões sinalizam tanto a amplitude do respectivo campo semântico como a sua natureza conflitual, enquanto termos centrais no combate político da época e, por isso mesmo, abertos a múltiplas interpretações e determinações.

Conselho da Revolução devido à sua inconstitucionalidade (Franco, 1996: 229, 238; Ferreira, 1994: 156). E em 1985 seria Francisco Lucas Pires, presidente do CDS, a apresentar uma proposta de revisão constitucional para uma "democracia sem socialismo", pela qual se batera publicamente ao longo dos dois anos anteriores e que corporizava muitas das reflexões e propostas desenvolvidas no âmbito do «Grupo de Ofir» e do seu «Programa para uma nova década» (Franco, 1996: 242-243; Grupo de Ofir, 1988).

Apesar destas clivagens no interior do sistema político, esta foi também uma década ao longo da qual a autoridade governamental se viu gradualmente consolidada, permitindo aos Executivos "«modernizar» ou «normalizar» as instituições e regular funcionamento da economia, fazendo-as recuperar do choque revolucionário", pondo em prática uma política "«normalizadora» no sentido contrarrevolucionário, «gestionária» no plano conjuntural e «democratizadora» no domínio puramente institucional" (Franco, 1996: 207). Essa «normalização» «gestionária» e «democratizadora» foi marcada por sucessivos impasses e solavancos no plano económico, repetindo, "quase a papel químico"(Ferreira, 1994: 147), dois ciclos marcados por crescentes défices da balança de transacções correntes seguidos de acordos de estabilização com o Fundo Monetário Internacional em 1978 e 1983, sucessivas desvalorizações do escudo, uma elevada taxa de inflação e um sector público altamente deficitário, para além de um padrão consistente de dependência, marcado por uma forte correlação entre o crescimento do PIB e o aumento do défice da balança comercial, a par de uma acentuada conflituosidade social em torno da repartição funcional do rendimento entre capital e trabalho. O elevadíssimo impacto social do segundo acordo de estabilização com o FMI, sob a égide do governo do «Bloco Central» (1983-85), equivalente ao "mais forte apertar de cinto depois do 25 de Abril" (Franco, 1996: 237) - com uma contracção do

PIB de 0,3% em 1983 e 1,6% em 1984, juntamente com um aumento do desemprego para 9,5% em 1983 e 10,5% em 1984, vários milhares de trabalhadores com ordenados em atraso e uma quebra média do salário real na ordem dos 15% (Franco, 1996: 237) - contribuíra para uma radicalização do combate político, dramatizando o peso e significado dos atos eleitorais subsequentes. Adicionalmente, esta estabilização assente numa "perda do poder de compra brutal" e numa "transferência brutal do fator trabalho para o fator capital" (Leite, 2010: 80-81), abriu caminho ao questionamento do regime económico prescrito pela constituição e à oscilação do debate político num sentido cada vez mais crítico do processo revolucionário e do «socialismo».

É nesse contexto, que Boaventura de Sousa Santos (1988: 147) apelidou de "regresso do capital variável", descrevendo-o como um processo de vinculação do valor da força de trabalho às leis do mercado, retirando-lhe a rigidez que resultara do processo revolucionário, por via do predomínio do Estado informal sobre o Estado formal, que surge o nosso objeto de análise. Fundado em 1984, o futuro nem imediato nem remoto em que George Orwell situara, em 1948, a sua conhecida ficção distópica do *Engsoc*, o Clube da Esquerda Liberal agrupou no seu seio diversos ex-militantes de organizações da esquerda radical, constituindo-se enquanto espaço de reflexão e debate sobre os grandes temas da tradição liberal e os principais problemas da vida política portuguesa. Nas páginas da revista *Risco*, publicada a partir da Primavera de 1985, foram analisadas as relações entre Estado e cidadãos, mercado e sociedade, esquerda e direita, democracia e liberdade, mas também as eleições presidenciais de 1985, a integração europeia, a consolidação do regime democrático ou a revisão da constituição. Num país onde era ainda notório o legado da experiência revolucionária recente e cuja cultura política fora profundamente impregnada pelas diversas interpretações do "marxismo", o contributo dos intelectuais que convergiram nesta experiência revelou-se determinante

para as transformações da formação social portuguesa na segunda metade da década de Oitenta, abrindo caminho a um novo ciclo político e económico de matriz neoliberal, caracterizado pelas privatizações, pelo reforço da economia de mercado, pela adesão ao Sistema Monetário Europeu (que viria a dar forma à moeda única) e pela primazia da figura do indivíduo no imaginário social. Esta comunicação, assente na análise aos textos publicados na revista, bem com a outros escritos assinados pelos seus redatores e colaboradores, procura traçar os contornos desta experiência e avançar algumas hipóteses interpretativas do seu lugar na história das ideias em Portugal, no final do século XX, articulando o conceito de «hegemonia»² - originalmente concebido no seio do Partido Social-Democrata Russo e depois desenvolvido por António Gramsci nos *Quaderni del carcere* - com a cartografia intelectual do neoliberalismo elaborada por Michel Foucault - no curso proferido no Collège de France em 1978-1979 sob o título *Naissance de la biopolitique* (Foucault, 2010) - e aprofundada por um conjunto de estudiosos na sua esteira³.

2. A esquerda face ao totalitarismo

A fundação do Clube da Esquerda Liberal convoca uma genealogia prévia, sugerida pelo primeiro número da revista *Risco*. Publicada na primavera de 1985, o seu primeiro texto corresponde à introdução ao livro *Esquerda, a novíssima e a eterna*, de José Fernandes Fafe, uma compilação de artigos de opinião publicados por aquele diplomata entre 1980 e 1983, numa coluna do *Diário de Notícias* intitulada «Caderno diário». Colocado em Paris, José Fernandes Fafe fora um observador muito próximo e atento da

² Uma abordagem sintética mas precisa ao conceito de «hegemonia» pode ser encontrada em Anderson (1977 :103-105). A obra de Gramsci foi publicada em Portugal em três volumes (1977). Ver também Santos (1987: 101-155), para um estudo do conceito de «hegemonia» associado a termos como "legitimação», «direcção» e «consenso», que considera uma posição dominante ao nível da produção cultural a condição necessária para o domínio do aparelho governativo, chamando «bloco histórico» à articulação entre essas duas realidades.

³ Nomeadamente Plewhe e Mirowski (2009), mas também Lemke (2001). A transcrição do curso está disponível em Foucault (2010).

situação política francesa desde a eleição de François Mitterrand, tendo chamado insistentemente a atenção para a crise intelectual que atravessava o Partido Socialista Francês na sequência da recessão económica que se verificara nos primeiros anos de governação do «Programa Comum», bem como a emergência do que viria a ser conhecido como a «Segunda Esquerda», liderada por Michel Rocard (e onde pontificavam nomes como Jacques Delors, Pierre Mendés France, Alain Touraine ou François Furet) e que conheceria uma notória ascensão no governo a partir de 1983. Pierre Ronsavallon, um dos representantes teóricos daquela corrente do PSF, seria uma das principais referências intelectuais e colaborador da revista *Risco*, tendo estado presente numa conferência promovida pelo CEL a 9 de Novembro de 1984, pouco depois da sua fundação. O livro de Fafe era assim um testemunho da ascensão de uma sensibilidade ou atitude liberal no seio da esquerda francesa, no preciso momento em que esta regressava ao governo após quase 30 anos de ausência e quando se constatava a sua incapacidade de representar uma alternativa política e económica ao neoliberalismo representado por Margaret Thatcher no Reino Unido ou Ronald Reagan nos Estados Unidos da América.

A publicação do livro partira da iniciativa de João Carlos Espada, que sublinhou no prefácio o facto de essas crónicas terem sido um "ponto de encontro obrigatório para alguns «desiludidos do maoísmo»", servindo de "catalisador do reencontro de gente que se dispersara alguns anos antes", por questionarem de forma sistemática muitos dos temas que inquietavam muitos "ex-activistas da geração esquerdista de 1968-75" ecoando as suas "recusas e interrogações crescentes" (Fafe, 1984: 5-6). Numa altura em que, segundo Espada, "a cultura política da esquerda portuguesa estava ainda tão escandalosamente hipotecada ao coletivismo", os escritos de Fernandes Fafe haviam contribuído significativamente para uma rutura com "a ortodoxia marxista",

sublinhando a "pertinência intelectual de conceitos tão incômodos para a nossa esquerda tradicional como democracia liberal, mercado, social-democracia ou espírito de empresa" (Idem). Encontramos aqui alguns dos elementos estruturantes das reflexões do que viria a ser a esquerda liberal: a forte identidade geracional, o confronto com o seu percurso militante prévio, a crítica do coletivismo e a exaltação do mercado, da empresa e democracia representativa.

Poucos meses antes, João Carlos Espada e José Pacheco Pereira, vindos, respetivamente, do Partido Comunista (Reconstruído) e do Partido Comunista Português (marxista-leninista), haviam publicado *1984- A esquerda face ao totalitarismo* (Pereira e Espada, 1984), no qual faziam um longo diagnóstico da sua experiência militante e formulavam ferozes críticas ao que Pacheco Pereira designou como "consciência totalitária de esquerda" (Idem: 39). O livro surgira no decurso de "encontros e discussões entre antigos ativistas da geração esquerdista de 68/75", apresentando-se como um esforço para resgatar "as reservas éticas e a sede de mudança e de empreendimento" que a caracterizara, dos "mecanismos de vontade e ilusão, e de vontade de ilusão" que a haviam conduzido à "revivescência das ideias totalitárias" (Idem: 7-8). Num gesto manifestamente circular, Fernandes Fafe escrevera uma resenha ao livro, num artigo intitulado "Face ao totalitarismo: um liberalismo de esquerda?" (Fafe, 1984: 224-232) onde assinalava o "trabalho de luto" ali presente, assente nas ideias de geração e de mudança de paradigma correspondentes a Maio de 68, que caracterizava como um "corte radical com o marxismo nas profundezas de um movimento marxista".

O livro continha diversos elementos que viriam a ser desenvolvidos ao longo dos anos seguintes, nele estando já presentes, os traços essenciais e o programa de intervenção da esquerda liberal. Num texto intitulado «A nova academia» escrito em 1981 e nunca

publicado, Pacheco Pereira (Pereira e Espada, 1984: 15-23) elaborava uma severa crítica de um "novo *establishment* intelectual com todas as suas peculiares formas de ditadura cultural e de gosto", desenhando uma cartografia crítica do panorama jornalístico e cultural português a partir da noção de «geração» e da figura do intelectual público enquanto "árbitro do gosto quotidiano" e cúmplice de uma nova «situação». Pacheco Pereira avançaria também, no texto seguinte do livro, «As idades da imaginação (Idem: 25-41), escrito em Novembro de 1983, uma caracterização que viria a ser desenvolvida frequentemente na revista *Risco*, que sublinhava as semelhanças entre a oposição ao regime ditatorial e o próprio regime ditatorial, recordando o "espírito de indignação hipócrita de uma sociedade conservadora que ia do governo e das instituições da ditadura a uma oposição retrógrada que comungava das mesmas ideias do regime", respondendo ao "país fantasmático no qual não havia conflitualidade aberta" criado pelo salazarismo "despolitizando toda a sua acção" e "alicerçando-a apenas em argumentos falsamente nacionais e patrióticos" (Idem: 30-32). Contrapunha a essa gigantesca cedência a "revolta na maneira de viver e a irreverência cultural" da "geração de 68", a sua, para a qual desenhava retrospectivamente uma genealogia liberal à medida das suas conveniências presentes:

Já não se tratava de se mostrar tolerante com a «boémia», ou liberal para com os pecados da carne - mas sim de assumir, como própria e indispensável, a face até então alheia. O liberalismo começou mais cedo nos costumes do que na política, mas a sua naturalidade geracional - o facto de que, quer se quisesse ou não, se era incapaz de ser intolerante nessas questões - funcionou socialmente com eficácia. Nos primeiros momentos de formação geracional, no período anterior à década de 70, nos anos cruciais que vão do fim da FAP ao início da criação da maioria das organizações esquerdistas, a descoberta da liberdade e do gosto de viver vai tendo cada vez mais um tom político. (Idem: 30)

Sublinhando as consequências do "alargamento da crítica ao comunismo ao terreno da esquerda" e considerando que "era a crise interior da democracia que dava terreno às seduções totalitárias", Pacheco Pereira avançava, num gesto providencial, um programa

de recomposição profunda da esfera pública e da cultura da esquerda, a par de um recentramento do debate político-partidário com diversas implicações, que inspiraria muitas posições do Clube de Esquerda Liberal ao longo dos anos seguintes:

Nas democracias, o político sobrepõe-se sempre ao social, o movimento de opinião ao dos grupos e classes, porque a democracia é um fenómeno de cultura e não um resultado da natureza das coisas. A precariedade da democracia vem exactamente de ela ser o mais antinatural dos regimes, um fruto da civilização e uma forma concentrada e superior de autolimitação e de auto-regulação, que exige progresso técnico e material. [...] No seu posicionamento face ao existente, os partidos naturais de uma sociedade democrática são os que representam a conservação e a inovação, os conservadores e os partidários da mudança. E repito: os dois - afectando-se um ao outro e equilibrando-se na sua dialética contraditória. E se se fala em conservadores e inovadores é porque se recusam os reaccionários e os revolucionários, ou seja, todos aqueles que acham que a sociedade não está globalmente bem como está - e nessa recusa lhe pretendem dar um outro sentido. [...] As democracias não suportam um pensamento global, sob pena de este destruir a sua pluralidade natural ao impor-lhe um sentido - um pensamento sobre o todo e a totalidade. E é isso que a «esquerda» não tem sido no seu namoro totalitário: para ser moderna e se afastar do terror, ela só pode assumir-se como movimento para laicizar a sociedade, ou seja, libertar os cidadãos da existência de qualquer sentido último que não seja o direito de eles como indivíduos se autodeterminarem em função dos seus desejos e possibilidades. [...] A geração de 68 necessita não só de fazer as contas com o seu passado imediato como realizar o seu futuro.[...] Por tudo isto, acabou o tempo de espera destes últimos anos (Idem: 38, 41)

João Carlos Espada assinava um texto escrito entre Outubro de 1983 e Janeiro de 1984, intitulado "Para uma reflexão laica sobre a esquerda" e no qual analisava "a questão democrática" e "a questão do colectivismo", criticando o consenso à esquerda em torno das nacionalizações e o obstáculo à modernização e racionalidade económica que representava "o paradigma determinista socialista", enumerando os seus defeitos - "a planificação excessiva, o papel passivo da moeda, a pré-validação da produção, a ausência de concorrência entre firmas e a debilidade do mercado" (Idem: 87) - para lhes contrapor as virtudes do liberalismo económicos:

Hoje é visível que as necessidades sociais não podem ser calculadas *a priori* e que o mercado funciona como um enorme mostrador das necessidades e da vontade dos consumidores. Por outro lado, o mercado revelou-se uma fonte de dinamismo concorrencial que impele os agentes económicos a

aumentar a produtividade e melhorar a qualidade da produção. Face às experiências do socialismo totalitário - em que as relações mercantis, não tendo sido abolidas, desempenham somente um papel residual - o mercado revela-se ainda como o último reduto do consumidor contra os erros ou as injustiças do plano. (Idem: 96)

Também Espada dramatizava o momento histórico como uma encruzilhada entre alternativas, recorrendo a uma citação da entrevista que fizera a Pierre Rosanvallon para o *Expresso* - "cada época produz clivagens produtivas, oposições chave, pelas quais passam as verdadeiras encruzilhadas da definição" - para avançar o propósito de intervenção colectiva que viria a materializar-se no Clube da Esquerda Liberal⁴ e os seus desígnios estratégicos:

A nossa esquerda continua prisioneira dos esquemas arcaicos de pensamento gerados pelo corporativismo fascista e pelo seu filho natural: o corporativismo comunista. Grande parte da nossa esquerda - bem entrincheirada em focos de impotência senil como os eanismos míticos, o catolicismo dos ex-secretariados, a cultura lamecha dos ex-exilados e dos e-MFA, o pessimismo esquizofrénico, ou o corporativismo autoritário da CGTP - essa nossa esquerda esgota-se em polémicas arcaicas com uma direita ultramontana. [...] Há sinais de que a geração de 68/70 deseja sair do silêncio e começar a fazer coisas. [...] «Que mil flores desabrochem», então, numa enorme explosão optimista contra os velhos do Restelo, as carpideiras corporativas e os sombrios funcionários do totalitarismo. Reinventemos, então, a democracia e a esquerda liberal. (Idem: 131)

Em Outubro de 1984 era apresentado publicamente o Clube da Esquerda Liberal, com um manifesto em quatro pontos no qual se avançava o propósito de "contribuir para operar uma ruptura na cultura política actualmente dominante em Portugal" e "refutar os tradicionalismos de sinal contrário que têm bloqueado a sociedade portuguesa" (*Risco*, nº 5, Primavera de 1987, 63-65). Defendendo a liberdade, a democracia representativa, a igualdade de oportunidades, a tolerância e a reserva da vida privada face ao Estado, o

⁴ Seria eventualmente possível colocar num plano de comunicação com estes textos o livro publicado, também em 1984, por Manuel Villaverde Cabral (1984), no sentido em que também ali se revêm algumas ideias anteriores do autor e o seu pensamento oscila notoriamente para um exame apaixonado de diversas narrativas clássicas e hegemónicas à esquerda. Dá-se porém o caso de ser aquele um texto com uma notável autonomia intelectual face ao contexto que deu forma ao livro de Pacheco Pereira e Espada, desde logo por corresponder a um escrito de 1979, o que é por si só suficiente para o colocar num plano distinto, apesar de o primeiro texto publicado por Villaverde Cabral na *Risco* partir, como à frente se verá, de algumas reflexões já ali presentes de forma embrionária.

CEL propunha-se organizar as suas actividades de reflexão em torno de um eixo de preocupações prioritárias que passava pela estabilização do regime democrático, pela crítica do catastrofismo de certa intelectualidade, pela redefinição do lugar e papel do Estado e pela crise do pensamento de esquerda.

3. Uma cultura de *Risco*

Abrindo com uma citação clássica de Tocqueville, extraída de *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), na qual a liberdade é enfaticamente afirmada enquanto um valor intrínseco e autónomo relativamente a qualquer outra finalidade - "Quem procura na liberdade algo mais do que a própria liberdade é feito para servir" - o primeiro número da revista *Risco* continha já grande parte do que viria a ser o contributo do CEL para a vida intelectual e a esfera pública portuguesa. O seu editorial situava sucintamente a revista e o Clube na "necessária articulação entre a verdade disponível e os espaços de incerteza", resumindo os seus propósitos nas múltiplas declinações possíveis do título:

O risco consiste, pois, na vontade de formar opiniões. O nosso propósito é, simultaneamente, valorizar a função política e assumir perante a indeterminação própria às sociedades modernas e abertas, o risco das nossas opiniões. Trata-se, pois, do risco da análise: uma vontade analítica que se desdobra no real, na certeza da incerteza, em risco político, em risco económico, em risco pessoal. (p.3)

Para além do já referido prefácio de José Fernandes Fafe, a primeira secção, intitulada «Ideias», incluía um artigo de Manuel Villaverde Cabral («O Estado-Providência e o cidadão», 17-35) e outro de João Carlos Espada («A opção liberal», 37-46).

Manuel Villaverde Cabral analisava a crise de legitimação do «Estado keynesiano» e o esgotamento do Estado-Providência, defendendo, contra o que era o pensamento dominante à esquerda, que "os sistemas políticos democráticos podem dispensar, até certo ponto, a legitimação que lhes tinha sido fornecida pela difusão dos dispositivos do

Welfare state", bastando-lhes para tanto "as virtudes políticas da democracia liberal" (p.17), desenvolvendo e radicalizando algumas das reflexões presentes em *Proletariado - o nome e a coisa*, publicado um ano antes. O artigo considerava a "reprodução alargada da economia paralela" um sintoma da "liberalização *de facto* já em curso, nomeadamente enquanto curto-circuito da rigidez do mercado de trabalho" (p.32, apresentando a teoria da justiça de Rawls, assente na definição da liberdade enquanto "um atributo correlacionado com a emancipação relativamente às necessidades imediatas" como "a pista mais fecunda" para encontrar um "novo equilíbrio entre a liberdade política e a justiça social que o período de vacas magras parece exigir" (p.33): "No novo tipo de ajustamento que se está a esboçar entre o económico e o político, é a fruição da liberdade que legitima, quanto mais não seja por comparação e eliminação, a interrupção do crescimento e a acentuação das desigualdades" (p.34). A sua conclusão passava pela valorização do processo eleitoral enquanto decisivo elemento de legitimação nas modernas sociedades democráticas, na esteira do que considerava ser o "realismo decididamente pós-modernista" proposto por Niklas Luhmann (p.35), contrapondo o primado da liberdade ao da igualdade e fazendo substituir "a aspiração igualitária pelo rigor processual", num gesto de ressuscitação do "liberalismo mitigado" anterior à Primeira Guerra Mundial, que não dispensava a referência a Winston Churchill e à sua concepção das reformas sociais enquanto "uma rede sobre o abismo" (p.35).

O artigo de João Carlos Espada mantinha-se num nível de reflexão menos ambicioso, partindo da denúncia da "idiossincrasia iliberal" dominante à esquerda para uma revisão bibliográfica mais ou menos aleatória e errática, assente na leitura de Karl Popper, Friedrich Hayek, Ralf Dahrendorf e Joseph Schumpeter, que viria aliás a ser uma marca distintiva dos seus textos na revista. Espada revelava em todo o caso um lúcido

empenho no momento de identificar a conjuntura específica em que escrevia, quando afirmava que em Portugal as "manifestações de iliberalismo" assumiam um "fervor apologético que parece acentuar-se à medida que se aproximam as eleições presidenciais", explicável pela "ameaça de vitória de uma candidatura que encerre o ciclo revolucionário e crie as condições para a consolidação de uma autoridade democrática apostada na modernização do país". Denunciando a convergência entre o "conservadorismo católico" e o "comunismo" (uma alusão evidente às candidaturas de Maria de Lurdes Pintassilgo e Francisco Salgado Zenha, contrapostas à de Mário Soares, inequivocamente apoiada pelo CEL), Espada escolhia abertamente a sua barricada, mas tinha o cuidado de diferenciar o intervecionismo keynesianismo do colectivismo totalitário, inserindo o primeiro no campo do liberalismo, ao mesmo tempo que definia o seu "bombardeamento" enquanto a "tarefa intelectual do liberalismo de esquerda" e admitia não ser "impossível que este combate intelectual venha a influenciar nalguma medida o curso dos acontecimentos políticos" (p.45).

O primeiro número continha também uma polémica publicada no *Semanário* e que opunha Manuel Villaverde Cabral a Paulo Portas, que assinava naquele jornal uma coluna intitulada «Revirinho», onde fazia a apologia do mercado e do capitalismo, integrando uma vaga de ascensão do pensamento liberal na imprensa escrita, na qual as páginas de o *Semanário* eram um ator destacado. A 17 de Novembro, a propósito da adesão da República Popular da China aos princípios do mercado, um Paulo Portas extremamente jovem defendia que "liberdade política e liberdade económica são faces do mesmo bem e separar uma da outra é aniquilar, a prazo, uma e outra", identificando uma "vaga antiestatista que já percorre o pensamento esclarecido da velha Europa", recolocando "o indivíduo como percursor da riqueza das nações", para concluir, de forma inequívoca, que na "cultura política moderna, os verbos nacionalizar, controlar e

regulamentar são exactamente o contrário da imaginação ao poder" («Viva a China», *Semanário*, 17 Novembro 1984, p.12).

Portas acusara o CEL - o alto de uma extensa récita de referências bibliográficas que os seus membros desconheceriam - de ter chegado ao liberalismo tardiamente e por vias equívocas, uma vez que apesar de o seu ponto de partida ter sido "as múltiplas decepções que vão do maoísmo militante a um certo catolicismo social, do método revolucionário à própria regulamentação da social-democracia" a sua causa próxima era mais evidente a residia no "tremendo engano do socialismo em França", que tocara "a sirene na esquerda inteligente" (p. 100). Villaverde Cabral replicara, sublinhando que o "segredo de uma verdadeira Esquerda Liberal" não residiria "nas hipotéticas influências literárias que tenha sofrido e venha a sofrer, mas sim no seu total à vontade, na sua total liberdade, tanto perante a direita como a esquerda tradicionais e iliberais", posição que rematava com uma distinção face à «Nova Esquerda», relativamente à qual os membros do CEL tinham a vantagem de se terem disposto "na devida oportunidade, a beber até ao fel o cálice da utopia revolucionária", numa experiência militante marxista-leninista ou ultra-esquerdista que formara "liberais de uma ténpora diversa do liberais envergonhados que dão geralmente lugar a experiências timoratas e frentistas do «socialismo democrático» e do «companheirismo de estrada» (p.102). A polémica motivara mais artigos nas páginas do mesmo jornal no final de 1984, mas o dossier que as reproduzia no Verão de 1985 acrescentar-lhe uma reflexão de José Pacheco Pereira («Corso - Ricorso», 111- 117) de onde se destacavam elementos já presentes embrionariamente no livro que publicara com Espada no ano anterior e que se constituíam em *leitmotif* de várias reflexões posteriores. Pacheco Pereira conferia uma centralidade decisiva ao imperativo de "laicização da sociedade", entendendo-o como um combate contra o utopismo e messianismo presentes na figura de Maria de Lurdes

Pintassilgo, bem como as pretensões de explicar a complexidade da sociedade a partir de uma teoria global para a traduzir no plano político:

As teses sobre o «aprofundamento da democracia» funcionam como um mecanismo de identidade diluindo o valor dos locais de representatividade das democracias a favor de outros «aprofundados», ou seja, onde os activos que praticam o «aprofundamento» substituem os «superficiais», a maioria silenciosa. [...] Ora o que nós precisamos não é um «movimento de aprofundamento da democracia» mas sim de um movimento de superficialização da democracia. É de uma extensão, de uma superfície, de uma extensa pele que a democracia precisa, para poder sofrer de doença, maquilhar-se, sujar-se e lavar-se, enrugar-se e parecer bonita. (p. 114)

A tarefa da Esquerda Liberal era por isso contribuir para esse movimento de superficialização, chamando a si a tarefa de elaboração de uma "cultura política (e não só) fortemente integradora, que emane da prática da vida social e que seja sentida como condição sine qua non das próprias condições da felicidade e que mantenha o princípio da aventura vivo", alicerçada numa atitude cultura e imanente "entendida como uma opção e sentida como um desejo", desiderato que só uma "cultura de fronteira (de risco)", " da viagem e do gosto pelo futuro" poderia realizar (pp.115-116).

Ao longo dos seus 21 números, a revista publicaria dossiers sobre temas como as privatizações, o legado de Keynes, o pós-modernismo, o maio de 68, o 25 de Abril, a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética, para além de uma homenagem a Friedrich Hayek e artigos regulares de Karl Popper e Ralf Dahrendorf, que se tornariam cada vez mais frequentes após a ida de João Carlos Espada para Oxford, em 1990. O seu conselho de redacção foi sendo progressivamente alargado e uma curta enumeração de alguns nomes é sugestiva do papel central que assumiu na reconfiguração do debate político e da esfera pública em Portugal ao longo destes anos: António Barreto, António Costa Pinto, Clara Ferreira Alves, Eduardo Prado Coelho,

Francisco Sarsfield Cabral, Fernando Pereira Marques, Guilherme de Oliveira Martins, José Lamego, José Manuel Fernandes, José Luís Saldanha Sanches, Henrique Monteiro, Teresa de Sousa, Rui Ramos. Não apenas incluía diversos intelectuais e jornalistas que oscilavam no espaço correspondente ao «bloco central», como se alargara para além da esfera dos "ex-esquerdistas" da "geração de 68", para incluir pessoas com outros percursos, como era o caso de Guilherme de Oliveira Martins, Clara Ferreira Alves ou Rui Ramos.

Cada artigo da revista mereceria uma atenção específica e diversos temas foram ali tratados com uma notória vontade de atualização do campo cultural português relativamente aos debates de ideias mais significativos à escala mundial. Abordá-los pormenorizadamente ultrapassaria em grande medida o espaço deste texto, reforçando a opção de analisar com maior profundidade a intervenção da Esquerda Liberal nos atos eleitorais mais decisivos da década de 1980 - as presidenciais de 1985-86 e as legislativas de 1985 e 1987 -, nos quais se posicionou com uma assinalável clareza e se bateu aguerridamente por uma clarificação da situação política portuguesa, materializada numa revisão da Constituição que viria a ocorrer em 1989, bem como os momentos de reflexão de maior fôlego, representados pela «Convenção da Esquerda Democrática», realizada em Dezembro de 1986 e na qual se manifestaram abertamente algumas das clivagens internas que atravessavam o clube.

4. Nas trincheiras da democracia

A importância destas disputas eleitorais é bem patente nas páginas da revista. A eleição de Mário Soares foi particularmente relevante, uma vez que não apenas todos os membros do Clube integraram o Movimento de Apoio Soares Presidente (MASP),

como João Carlos Espada veio a assumir funções de assessor da Presidência da República após a sua eleição. No número onze, correspondente à primavera/verão de 1989, a *Risco* publicou uma entrevista ao Presidente da República, conduzida por um alargadíssimo conjunto de membros do Conselho de Redacção, na qual seria recordado o impulso inicial dado por Soares para a formação do Clube da Esquerda Liberal:

João Carlos Espada - [...] Entre 1983 e 1984, o Senhor Presidente reuniu-se e fez reunir muitos dos que hoje fazem parte desta revista e do Clube da Esquerda Liberal; nessa época éramos ex-esquerdistas que fazíamos um percurso intelectual de reavaliação do esquerdismo. Mas era um percurso muito pessoal e muito pouco virado para a intervenção pública. De alguma forma, se nos voltamos a encontrar e se nos decidimos a agir, isso ficou a dever-se ao empurrão que nos deu. Porque é que se lembrou de reunir com os ex-esquerdistas? O que é que pretendia com isso? O que é que esperava?

Mário Soares- [...] Senti que era dialogando com jovens não militantes do PS, vindos da extrema-esquerda, com a generosidade que a caracteriza, que podia impulsionar o movimento de renovação das ideias na esquerda e no próprio PS. Fiz reuniões convosco como fiz com escritores, cientistas e artistas, porque queria abrir o Partido Socialista à sociedade, visto que, já nessa altura, o sentia muito fechado sobre si mesmo. Vocês organizaram-se, constituíram-se em grupo. Penso que têm dado uma contribuição importante para a renovação do debate ideológico e político. Esse debate é fundamental para o rejuvenescimento dos partidos e da democracia. Só a esquerda, de resto, tem a ganhar com ele... ("«Quinze anos depois do 25 de Abril» - Entrevista com o Presidente da República", *Risco*, nº9, p.53)

Se era então possível, em 1989, olhar para trás e recordar o "empurrão" de Soares ou o contributo da Esquerda Liberal para a "renovação do debate ideológico e político", num país política e economicamente estabilizado, com taxas de crescimento anual do PIB particularmente elevadas desde 1985 e uma situação institucional desanuviada pelo processo de revisão constitucional, não era certamente esse o caso em 1985, quando foi publicado no terceiro número da revista, correspondente ao Outono/Inverno de 1985-86, o dossier sobre as presidenciais, com excertos do programa de Freitas do Amaral e artigos da autoria de Guilherme de Oliveira Martins (MASP), Luís Moita (apoiente de Maria de Lurdes Pintassilgo) e José Medeiros Ferreira (apoiente de Salgado Zenha). No número seguinte, correspondente ao outono de 1986, outro dossier, intitulado «A

esquerda liberal e as eleições presidenciais», recolhia os artigos de membros do CEL publicados na imprensa na sequência da primeira volta, carregados de uma dramatização verbal que sugere a percepção das eleições presidenciais como um momento de decisiva clarificação, no qual Mário Soares surge como um homem providencial face às manobras de bastidores do General Ramalho Eanes (superiormente dirigidas, como não se cansam de sublinhar os artigos de *Risco*, pelo PCP) e o único em condições de desbloquear uma situação política fortemente marcada pela "querela constitucional" e a clivagem entre o PS e o PSD que a mantinha suspensa. O que Manuel Villaverde Cabral, João Carlos Espada e José Pacheco Pereira se afadigam então a fazer nas suas colunas do *Expresso* e do *Semanário* passa pela representação de Mário Soares como o único candidato capaz de "conter a vaga esquerdista" (MVC, "Esquerda, sim - mas qual?", *Semanário*, 15 Fevereiro 1986). Segundo Villaverde Cabral, uma vez que o PCP não esperaria senão uma vitória de Freitas do Amaral para "recuperar a hegemonia ideológica perdida a 26 de Janeiro e desencadear a sua iniciativa de desestabilização" (MVC, "Direita volver?", *Semanário*, 8 Fevereiro 1986), isso só poderia se evitado "resistindo à bipolarização artificial" de maneira a "evitar a crispação ideológica e a agitação sociais reais que decorreriam de uma eventual derrota do Sr. Mário Soares (MVC, "Esquerda, sim - mas qual?", *Semanário*, 15 Fevereiro 1986). A vitória de Soares, para além de corresponder ao que a Esquerda Liberal considerava ser o quadro partidário desejável numa democracia moderna - bipolarizado por dois grandes blocos políticos partidários, respectivamente, da conservação da ordem existente e da sua gradual transformação - permitiria "a vantagem do método, elegendo um Presidente moderado que faça de ponte entre a Esquerda e a Direita que temos!" (MVC, "Esquerda, sim - mas qual?", *Semanário*, 15 Fevereiro 1986), oferecendo aos portugueses um vasto lote de vantagens

ontologicamente liberais: "a paz civil, o sentimento de liberdade, a abertura ao mundo moderno e a permanência dos valores de justiça e tolerância que sempre caracterizaram o moderado socialismo democrático [de Soares]" (MVC, "Tout est bien qui finit bien", *Semanário*, 22 Fevereiro 1986). Pacheco Pereira retomava muitos dos argumentos presentes no seu texto de 1981 contra os intelectuais de esquerda e a sua arrogância, para além de reivindicar diversos louros para o CEL:

De 1983 a 1985, enquanto [Soares] foi chefe de Governo, continuou a cair-lhe tudo em cima, tendo muitos dos intelectuais mais activos nas colunas de opinião descrito incessantemente o seu Governo como a quinta essência do mau gosto, da corrupção, da banalidade e da falta de um projecto de transformação, agora com a agravante de começar a ser perigoso para as liberdades. [...] Entre 1984 e 1985 contam-se pelos dedos as pessoas que escreveram ou falaram a favor, ou criticaram sem hostilidade e com compreensão, a acção governativa de Mário Soares e referiram as vantagens dos dois maiores partidos da democracia portuguesa estarem coligados no Governo. Para além de mim, fê-lo Manuel Villaverde Cabral, José Fernandes Fafe, João Carlos Espada, Vasco Pulido Valente. O ambiente que se respirava não era dos mais saudáveis: desde a suspeita de que cada artigo era pago com um bom emprego, até à acusação de que os seus autores se «desqualificavam» intelectualmente, ou eram simples oportunistas. [...] Neste contexto, começou a aperceber-se que a campanha de Mário Soares não apelava apenas a oportunistas sem ideias à procura de emprego e que o pensamento sobre o mercado, o totalitarismo, a modernização, a revolução tecnológica tinham aí tradição e sede própria e que novas questões e problemas e fundiam num entendimento mais rigoroso do que é a democracia num contexto moderno. [...] E essa é que foi a vitória intelectual de Mário Soares: revelar que a política em democracia não releva de «projectos» mais ou menos «globais», não faz depender a liberdade do «pão», não é «aprofundamento» mas superficialização, é matéria de liberdades, interesses, conflitos, opiniões, desejos e poderes, feita por homens comuns para homens comuns. Ou seja é uma coisa relativamente banal, quotidiana, e que só quando é pensada assim, à superfície das coisas, é que permite aos cidadãos essa suprema e precária conquista de 6000 anos de civilização que é sentir-se seguro e livre, poder ver o futebol, comprar eletrodomésticos, ir à praia e pescar aos domingos, ou seja, poder não ter que fazer política. (JPP, "Mário Soares e os intelectuais de esquerda", *Expresso*).

A vitória de Soares representou uma vitória integral das posições defendidas pela Esquerda Liberal e ofereceu ao Clube um acrescido fôlego. Quando uma moção de censura apresentada pelo PRD derrubou, com os votos de todos os partidos de esquerda,

o governo minoritário do PSD liderado por Cavaco Silva, o CEL apresentou um manifesto (datado de 21 de Abril de 1987), no qual apelava a Mário Soares que não viabilizasse um governo de coligação de esquerda e, em vez disso, dissolvesse a Assembleia da República e convocasse eleições para clarificar a situação política. O Manifesto reivindicava para o CEL uma ambiciosa lista de vitórias políticas, para além de chamar a si a legitimidade para definir o espaço da democracia e os contornos da modernização necessária à sociedade portuguesa, sem deixar cair a carga de dramatização discursiva que caracterizara a sua intervenção pública:

Três anos após a sua fundação, o Clube da Esquerda Liberal pode, sem falsa modéstia, regozijar-se duplamente. Por um lado, muitas das nossas ideias, relativamente inovadoras para o Portugal de então, fizeram o seu caminho e tornaram-se, hoje, património comum da esquerda e da direita verdadeiramente democráticas, ao mesmo tempo que contribuíram para isolar os sectores mais arcaicos tanto da esquerda como da direita. [...] Por outro lado, o Clube pode verificar que a situação institucional, política, ideológica e geoestratégica do país evoluiu, nas suas linhas gerais, em sentido consentâneo com as grandes opções repetidamente expressas pelo Clube ao longo dos três anos de intervenção cívica. [...] Assim, desde finais de 1985, o país conheceu um período de estabilidade governativa e previsibilidade democrática desconhecidas desde o 25 de Abril. Isto contribui, em sintonia com a forma como tem sido exercida a Presidência da República, para reforçar a credibilidade das instituições democráticas, ao mesmo tempo que permitiu um movimento assinalável de recuperação económica. Contrariamente, porém, à vontade expressa pela grande maioria do eleitorado em todas as sondagens de opinião recentes, este período de estabilidade e relativa prosperidade acaba de ser rompido irresponsavelmente pelas mesmas forças de esquerda que se haviam oposto à candidatura de Mário Soares, o que remete para as numerosas áreas de bloqueio que perduram no caminho da democratização e modernização do país. (*Risco*, nº6, Verão 1987, 63-64).

O manifesto permitia já adivinhar o tom da intervenção dos membros do CEL no contexto da campanha para as eleições legislativas que se viriam a realizar a 19 de Julho daquele ano, com uma vitória expressiva que garantiu ao PSD a primeira maioria absoluta da história democrática portuguesa. O número 7 da revista, publicado no Outono de 1987, dava conta do inequívoco apoio da maioria dos membros a Cavaco Silva, mas o que nele se destacava era, acima de tudo, a teorização desse resultado como

o sinal mais visível de uma mutação sociológica notória ao nível dos comportamentos eleitorais. Como destacavam Manuel Villaverde Cabral, João Carlos Espada e José Pacheco Pereira, face à "regressão esquerdista do PS" (MVC, "A esquerda liberal e as eleições"), o espírito da esquerda liberal passava pelo apoio ao ímpeto reformista representado por Cavaco Silva. Num artigo que publicara no *Semanário* a 16 de Maio, Pacheco Pereira procurar não apenas soltar-se "da lógica do posicionamento esquerda-direita", que considerava "essencialmente conservadora" face aos problemas da pura política, assentes "numa necessidade absoluta de racionalidade" aliada a "uma visão desapiadada da acção humana e do poder", mas também sustentar uma tese mais ambiciosa, que aproximava o cidadão-eleitor do cidadão-consumidor, segundo a qual "o que a Esquerda Liberal hoje representa na vida política é a introdução de um comportamento de voto «solto» de eleição em eleição" através do qual se punia "quem parece errar" e se apoiava "quem pareça melhor, sem preocupação de manter o voto hipotecado a uma lógica de posicionamento ideológico", preterido em favor de "um entendimento minimalista das reformas necessárias e uma firmeza maximalista quanto aos valores a que devem obedecer" (*Risco*, nº7, Outono de 1987, 81-82).

Abria-se um novo ciclo político que era também um novo ciclo histórico e, dez anos depois, o mesmo Pacheco Pereira não hesitava em reavaliar este período como o «tempo crítico» em que esse ciclo ganhara forma, apresentando Cavaco Silva como o «subversivo» necessário para levar a carta a Garcia:

«Subversão» era precisa. Alguma «subversão» houve, mas parece ter-se esgotado. Permanecem bloqueios sempre presentes e prontos para virem ao de cima quando enfraquecem os factores de «subversão». Ora, nestes últimos dez anos, o grande «subversivo» foi Cavaco Silva e é natural que seja o chamado «cavaquismo», as forças e as fraquezas do «cavaquismo», que permanecem como a grande sombra sobre este livro. O que o «cavaquismo» abalou, e bem, foi o socialismo e o papel do Estado, sem necessariamente ser liberal. [...] Nesses anos, Cavaco libertou energias e potencialidades liberais, mas que esgotaram a capacidade das «forças vivas»

da sociedade portuguesa, obrigando-as a responsabilidades competitivas que contrariavam a sua habitual inércia. (Pereira, 1997: 10-11)

Muito mais céptico, o poeta e jornalista Manuel António Pina avançou, em pleno período de «euforia cavaquista» e a propósito de uma reevocação de Maio de 68, um juízo que nos remete para direções muito distintas na avaliação do percurso de Pacheco Pereira e que pode de resto servir a um esforço crítico de interpretação do Clube da Esquerda Liberal e do seu lugar na viragem dos anos oitenta, convidando-nos a reconsiderar o conceito de «hegemonia» à luz da ideia de «ciclo»:

Vem desta vez Pacheco Pereira a propósito de ter surpreendido o jornalismo menos avisado com a afirmação de que, de Maio de 68 para cá, pouco mudou na Europa, muito em Portugal e ele próprio não mudou nada. Achou algum jornalismo e algum cronismo facilmente levado pelo rio das aparências, que Pacheco Pereira, pelo contrário, terá mudado muito mais do que Portugal, pelo facto de hoje ter bancada na Assembleia da República e de ser aí autor das evidências que se conhecem. Compara esse cronismo os imperativos categóricos que Pacheco Pereira emite hoje na Assembleia da República com os emitidos pelo mesmo Pacheco Pereira há alguns anos atrás nas ruidosas fileiras ML. E vê abissais diferenças. [...] [Quem não vê diferenças] será talvez [este] cronista, para quem Pacheco Pereira continua tão estalinista como já 20 anos ou há menos. O estalinismo é que mudou de sítio, eis a tese que aqui se defende. [...] E tendo o estalinismo e a intolerância mudado de sítio, mesmo tendo-se (o estalinismo e a intolerância) tornado «softs» e descafeinados pelo caminho, que poderia Pacheco Pereira fazer senão correr atrás deles? A visão teórica da sociedade e do mundo que notabilizaram Pacheco nas barricadas do marxismo-leninismo como o notabilizaram hoje nas bancadas parlamentares do PSD ter-se-ão - há de reconhecer-se, «aggiornado»; trata-se todavia, mais do que de um «aggiornamento», de um (como é que se diz?) «percurso político». Ora um percurso é um caminho para chegar a algum sítio, quer se trate de uma viela tortuosa, quer da mais transparente das auto-estradas. No caso de Pacheco Pereira, é convicção da crónica, trata-se de um caminho para não sair de sítio nenhum. [...] Se alguma coisa mudou fomos nós, foi o universo, foi o alfaiate de Pacheco Pereira; ele não. Talvez esteja um pouco mais gordo, um pouco mais «sage», talvez tenha perdido alguns cabelos e alguns escrúpulos, mas continua a ser o bom velho Pacheco Pereira de Maio de 68, de Março de 1975 e da semana passada. Se ele diz que não mudou nada por que diabo não havemos de acreditar nele? (Pina, 2013: 55-57)

Conclusão

O caso português parece ser ilustrativo de algumas das reflexões de Gramsci, na medida em que o processo revolucionário foi assinalado por uma perda de hegemonia, seguida por uma perda do aparelho de Estado, por parte dos grupos sociais previamente dominantes, numa notória e acelerada (desde logo porque tardia) ruptura do «bloco histórico» que suportara a ditadura. Seguiu-se ao processo revolucionário um período de indeterminação - resultante de um acordo tácito entre os dois campos político-militares em tornos dos quais se polarizou a situação desde o «Verão Quente» até ao 25 de Novembro -, no qual uma economia de mercado com preços politicamente fixados, um setor público de vastas dimensões e um mercado de trabalho fortemente regulado foram objeto de diversas políticas conjunturais, num quadro - a que João Cravinho apelidou «desplaneamento» - severamente condicionado pelas oscilações da economia mundial. O crónico desequilíbrio da balança comercial e o pontual desequilíbrio da balança de pagamentos abriram caminho a duas intervenções do FMI que alteraram profundamente a correlação de forças no plano social. Foi nesse contexto que o Clube da Esquerda Liberal, a par de outros espaços de reflexão e difusão de ideias (desde «aparelhos de hegemonia» clássicos como a Universidade Católica ou a Universidade Nova de Lisboa, a instituições onde essa hegemonia se fez sentir com especial intensidade, como o Banco de Portugal, passando por iniciativas partidárias, como o «Grupo de Ofir», ou jornalísticas, como o *Semanário*), participou de forma decidida e com elevado sucesso no combate de ideias que atravessou a década de 1980, contribuindo para momentos de viragem como a vitória de Mário Soares nas eleições presidenciais de 1975-76 ou a vitória de Cavaco Silva nas eleições legislativas de 1985 e (sobretudo) 1987. A integração na CEE - num momento em que esta vinha incorporando de forma cada vez mais notória, a nível legislativo e institucional, um paradigma neoliberal assente no

primado da concorrência, na expansão da esfera mercantil e na separação da política monetária relativamente à esfera democrática - ofereceu a este momento um decisivo impulso, ao proporcionar uma abundância de fundos e um cenário macroeconómico extremamente favorável a um crescimento económico sem precedentes na década anterior. Um novo «bloco histórico» ganhou forma por esta via, fazendo coincidir o discurso desenvolvido contra a parte económica da Constituição com uma maioria parlamentar em que imperava o consenso político em torno da necessidade de rever a parte económica da constituição. «Governar para o mercado», para retomar a fórmula sintética empregue por Michel Foucault para caracterizar os princípios centrais do ordoliberalismo alemão, tornou-se o paradigma político dominante, dando forma a um modo de governamentalidade adequado à tarefa da recomposição do capitalismo português, por via das privatizações, da integração no mercado único e, a prazo, no projeto de constituição do sistema económico e monetário europeu. Semelhante processo - que marcou o início de um ciclo histórico ainda em curso e cuja crise endémica tem caracterizado a sociedade portuguesa desde a alvorada do século XXI - teria sido impossível sem a conquista prévia da hegemonia por um conjunto alargado e heteróclito de intelectuais que intervinha na esfera pública de forma consistente e contínua desde o início da década de 1980, desenvolvendo argumentos explicativos para os impasses da formação social portuguesa e para as crónicas debilidades da sua economia, dos quais se foi progressivamente destacando o processo revolucionário (e alguns dos seu mais notórios protagonistas) enquanto elemento causal determinante, projetando-o no tempo posterior, «crítico», enquanto fonte original de todos os males e arcaísmos «estatizantes» contidos na Constituição, num plano inclinado que fazia das «conquistas de Abril» um obstáculo à modernização e do liberalismo uma receita transformadora adequada ao seu tempo. E num contexto em que a direita política era

facilmente representada, no plano simbólico, como uma ameaça revanchista empenhada em restaurar o estado de coisas anterior à revolução e fazer recuar o calendário até ao dia 24 de Abril de 1974, o Clube da Esquerda Liberal deu um contributo inestimável para legitimar as críticas à Constituição e à herança do processo revolucionário, oferecendo uma caução de esquerda à apologia do mercado, da moderação, da estabilidade ou de algo tão prosaico como a desigualdade. Abrindo as hostilidades com uma citação de Tocqueville - "Quem procura na liberdade algo mais do que a própria liberdade é feito para servir" - a revista *Risco* acolheu nas suas páginas um conjunto muito significativo de reflexões apostadas em reinventar o espaço intelectual esquerda em Portugal, num sentido declarada e acintosamente contrário a tudo aquilo que o caracterizara ao longo das décadas anteriores. Como recordaria *a posteriori* José Pacheco Pereira, na introdução a um livro de crónicas:

[O CEL] foi nos anos de 1984 a 1987, um pouco antes e um pouco depois, um instrumento de modernização política, ou seja, da introdução de problemas e questões novas no debate público. Juntar a palavra «esquerda» à palavra «liberalismo» parecia uma associação *contra natura*, ou uma provocação, e essa provocação fez algum caminho, provocando. [...] Estava-se no tempo anterior à revisão constitucional de 1989, com o Estado que o PCP fizera para o «socialismo» em 1975 e que o PS, complexado e súbdito estratégico do PCP em matéria programática, teimosamente mantinha muito para além da sua validade. Neste contexto, queira-se ou não, o CEL representou uma espécie de instrumento ideológico do golpe que Soares, na sua eleição presidencial de 1985-86, e Cavaco, nas suas vitórias de 1985 e 1987, deram nos defensores dos últimos avatares do PREC. Este golpe duplo foi decisivo na entrada da democracia portuguesa nos seus costumes normais. O «liberalismo de esquerda» teve aí portanto o seu papel. (Pereira, 1997: 8-9)

A expressão «instrumento ideológico» remete-nos, importa sublinhá-lo, diretamente para o campo de análise de Gramsci no estudo da hegemonia e do bloco histórico, valorizando o papel dos «intelectuais orgânicos», enquanto representantes dos grupos sociais no plano das ideias, na produção do senso comum e no fabrico do consenso, pela sua capacidade de legitimar certas formas de coerção e deslegitimar outras, numa esfera

pública atravessada por clivagens e dissensões. Dieter Plewhe chamou a atenção, na esteira de Gerald Frost, para a existência de vários níveis distintos dentro do que definiu como o «colectivo de pensamento neoliberal» - ou seja, a rede de fundações, institutos, revistas, departamentos universitários e *think-tanks* tecida a partir de um epicentro situado na Sociedade do Mont Pellerin -, empregando uma distinção de natureza bélica cara aos próprios membros da Sociedade do Mont Pellerin, na qual os intelectuais encarregues de elaborar a «grande teoria» eram equiparados à artilharia pesada de longo alcance, os elementos dos institutos e *think-tanks* dedicados à concepção de estratégias de transformação do Estado e da economia em contextos nacionais e históricos específicos eram equiparados à artilharia ligeira e, finalmente, os colunistas de imprensa, comentadores televisivos e políticos eram considerados os combatentes das trincheiras (Plewhe e Mirowski, 2009: 6). O Clube da Esquerda Liberal foi significativamente estranho a semelhantes distinções, uma vez que no seu seio convergiram académicos, jornalistas, deputados, empresários e altos quadros da administração pública, servindo de polo agregador para a intervenção, em diversas esferas e com assinaláveis particularidades, de um coletivo de pensamento neoliberal adequado, tanto à recepção dos mais recentes desenvolvimentos do liberalismo e à análise retrospectiva dessa tradição filosófica, como a uma intervenção na esfera pública e do Estado solidamente ancorada nessa recepção e análise.

Bibliografia

Perry Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental* (Porto: Afrontamento, 1977)

Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado - o nome e a coisa* (Lisboa: A regra do Jogo, 1984)

José Fernandes Fafe, *Esquerda, a novíssima e a eterna* (Lisboa: O Jornal, 1984)

António Sousa Franco, "A economia" in António Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de Democracia* (Lisboa: Circulo de Leitores, 1996), pp.170- 293

José Medeiros Ferreira, *História de Portugal, Vol. 8 - Portugal em transe* (Lisboa: Círculo de leitores, 1994)

Michel Foucault, *O nascimento da biopolítica* (Lisboa: Dom Quixote, 2010)

António Gramsci, *Escritos políticos*, III Volumes (Lisboa: Seara Nova, 1977)

António Nogueira Leite, *Uma tragédia Portuguesa* (Lisboa: Lua de papel, 2010)

José Pacheco Pereira e João Carlos Espada, *1984 - A esquerda face ao Totalitarismo* (Lisboa: Moraes Editores, 1984)

José Pacheco Pereira, *O nome e a coisa - Textos dos anos 80 e 90* (Lisboa: Notícias editorial, 1997)

Dieter Plehwe e Philip Mirowski (Ed.), *The road from Mont Pèlerin - The making of the Neoliberal Thought Collective* (Londres: Harvard University Press, 2009)

Manuel António Pina, *Crónica, saudade da literatura (1984-2012)* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2013)

João de Almeida Santos, *O princípio da hegemonia em Gramsci* (Lisboa: Vega, 1987)

Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)* (Porto: Afrontamento, 1990)

Periódicos

Risco, Dir. João Carlos Espada, Distribuição, Editor Fernando Azevedo, Distribuição A

Regra do Jogo

Semanário

Expresso